



## Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia

Rodrigo Constante Martins<sup>I</sup> 

Luis Henrique Cunha<sup>II</sup> 

### Introdução

Se as modernas sociedades industriais são marcadas por um intensivo processo de artificialização da vida social, produzindo crescente desconexão das atividades cotidianas em relação ao mundo natural (que é recriado incessantemente pela ação antrópica), é no meio rural que as contradições inerentes a esse processo se mostram de forma mais aguda, dado que os entrelaçamentos entre dinâmicas das atividades produtivas praticadas nesses espaços e os ciclos da natureza são mais diretamente percebidos e tomados como problemáticos.

Apesar disso, foi apenas a partir da década de 1970, em meio à emergência de uma questão ambiental global, que as articulações entre ruralidades e meio ambiente passaram a ter maior centralidade no campo dos chamados estudos rurais<sup>1</sup>. Estudos realizados em diferentes contextos nacionais, amparados em uma gama variada de matrizes teóricas e disciplinares, revelaram os profundos

impactos sociais e ambientais decorrentes da chamada modernização da agricultura promovida pela revolução verde (Cleaver, 1972; Ruttan, 1977; Shiva, 1989; Wright, 2005). Em outra perspectiva, novos esforços de investigação demonstraram que as populações rurais empobrecidas eram também mais vulneráveis aos processos de degradação da natureza (Sawyer, 1979; Blaikie, 1985).

A preocupação central da sociologia rural, desde a década de 1950, foi compreender o processo de modernização da agricultura e suas ligações tanto com as transformações na indústria (agora não apenas consumidora de matéria-prima agrícola, mas também fornecedora de implementos para o setor) quanto com a complexa dinâmica dos grandes centros urbanos, dependentes da produção de alimentos no campo. Por isso, até o final dos anos 1960, a maior parte das pesquisas das ciências sociais sobre o mundo rural era dedicada, sobretudo, ao tema da modernização (Buttel, 2001; Billaud, 2004; Jean, 2015). No Brasil, somavam-se a esse tema o deba-

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP), Brasil. E-mail: constantemartins@gmail.com

<sup>II</sup>Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande (PB), Brasil. E-mail: luishcunha@uol.com.br  
Recebido em: 20/03/2019. Aceito em: 21/12/2019.

<sup>1</sup>Dois importantes eventos marcaram a emergência internacional da questão ambiental na década de 1970. Um deles foi a divulgação do relatório *The limits to growth*, publicado pelo Clube de Roma, em 1972. O outro foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também em 1972. A Conferência de Estocolmo, como ficaria conhecida, reuniu representantes de 113 países e 250 organizações ambientais.

te sobre a migração campo-cidade e a então chamada urbanização do campo (Abramovay, 2003; Graziano da Silva, 1996; 1999).

No início da década de 1970, a expressão “meio ambiente rural” passou a ganhar corpo, sendo problematizada pelas ciências sociais em termos de construção histórica (Alphandéry; Billaud, 2009). Ainda sob o signo do amplo predomínio da agricultura como atividade econômica, o mundo rural permaneceu delineado por suas tradições, seus quadros de sociabilidade e ordenamento peculiar de sua organização política. Mas, concernente ao meio ambiente rural, os estudiosos passaram a focar cada vez mais os problemas engendrados pela chamada modernização. Nota-se que, naquele momento, o meio ambiente nos estudos rurais não se associava à então emergente questão ambiental.

O fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram a inscrição da moderna temática ambiental no campo dos estudos rurais. Os processos sociais envolvidos na produção agrícola permaneceram analiticamente associados à dinâmica das relações de classe no campo. Mas a temática ambiental emergiu nesses estudos como fator transversal que inaugurava um novo patamar de relações entre o local e o global (Jollivet, 1998). Novos interesses eram forjados não apenas no espaço rural, mas também em relação a este; e novas instituições foram constituídas a fim de normatizar as formas de uso social do meio ambiente rural. Nesse movimento, entrava em jogo a noção de território, a favor das políticas de conservação da biodiversidade, da nova gestão dos recursos terra e água e de requalificação dos espaços rurais — não mais reduzidos à agricultura, mas problematizados em função das atividades econômicas emergentes (Martins, 2014; Favareto, 2007; Schneider, 2004). A noção de território es-

tendeu-se ainda ao debate sobre identidades, dialogando com a construção de novas coletividades — na maior parte dos casos associadas a movimentos de base ambientalista, como aqueles ligados às agriculturas alternativas (Moreira, 2005; Brandenburg, 2002) — e com a mudança de estatuto das regiões rurais no contexto da produção de alimentos — produção agora mais seletiva e territorialmente qualificada (Sacco dos Anjos; Caldas, 2013).

O objetivo deste artigo é revisitar a produção bibliográfica que investigou as relações entre ruralidades e meio ambiente no âmbito da sociologia e de disciplinas conexas, num esforço de apresentação dos diferentes caminhos trilhados pelos pesquisadores que têm se dedicado à temática nas últimas décadas. Particularmente, foi revisada a bibliografia brasileira, sem deixar de lado seu diálogo estreito com o debate internacional, ressaltando os problemas de pesquisa, teorias e conceitos que animaram o debate acadêmico (e também político) nesse campo.

Para essa revisão, a estratégia adotada foi a de evidenciar dois diferentes eixos na produção acadêmica recente: a incorporação de preocupações ambientais entre pesquisadores associados à sociologia rural e a descoberta das populações que habitam os espaços rurais, com seus modos de vida e reivindicações políticas, entre pesquisadores dedicados à compreensão dos processos de mudança socioambiental na periferia do capitalismo contemporâneo. A primeira parte deste artigo, do rural ao ambiental, é dedicada aos avanços teóricos e analíticos da sociologia rural rumo aos estudos ambientais. Na segunda parte, do ambiental ao rural, é apresentada a trajetória dos estudos influenciados pela ecologia política rumo aos temas rurais. Desse modo, foi possível pontuar as principais ramificações

desses eixos de investigação que marcam a intersecção dos temas rurais e ambientais na sociologia contemporânea.

A relação dos estudos citados neste balanço bibliográfico não seguiu um critério ortodoxo de demarcação das contribuições, com foco em periódicos específicos ou redes acadêmicas de pesquisa preestabelecidas. A própria porosidade do tema, bem como dos eixos analíticos que o marcam, exigiu a acomodação de diferentes parâmetros de seleção. Um importante parâmetro foi a circulação das contribuições nas reuniões científicas que deram suporte à consolidação da temática ruralidades e meio ambiente no escopo das ciências sociais. Aqui não se trata da apresentação dos trabalhos nas reuniões, mas sim da circulação de seus resultados, das abordagens e das perspectivas analíticas dos estudos nesses espaços. Nesse caso, merecem destaque os seminários temáticos e grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) dedicados aos estudos rurais e aos estudos socioambientais, desde o início da década de 1990; os diferentes grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), que acolheram os estudos rurais desde sua fundação, em 2000; e o grupo de trabalho Ruralidades e Meio Ambiente da Rede de Estudos Rurais, criado em seu primeiro encontro, em 2006, e ainda em plena atividade.

Outro critério importante adotado para a escolha dos trabalhos foi o potencial de diálogo dos estudos — situação fundamental para a consolidação do que podemos definir como temática na produção sociológica. Esse potencial de diálogo foi observado com base nos pontos de partida de cada eixo proposto para a estruturação da revisão

em tela, a saber: a aproximação da questão ambiental, tomando como ponto de observação problemáticas da sociologia rural, e a aproximação dos temas rurais, tomando como ponto de observação problemáticas da ecologia política. Com esse esforço parcial, pretende-se apresentar apenas uma das maneiras possíveis de organizar a vasta e complexa bibliografia que informa e compõe a temática ruralidades e meio ambiente na sociologia brasileira deste início de século XXI.

### **Sociologia: do rural ao ambiental**

No campo do debate internacional da sociologia rural, Marcel Jollivet é reconhecido como um dos primeiros autores a anunciar a entrada em cena da questão ambiental nos contextos rurais de sociabilidade. Parceiro e posteriormente herdeiro intelectual de Henri Mendras, Jollivet, na organização da obra coletiva *Du rural à l'environnement*, destacava que, na medida em que os problemas ambientais globais têm dimensões que concernem ao espaço rural, e a gestão desse espaço supõe a tomada em conta das preocupações ambientais, a maneira de se conceber a sustentabilidade do mundo rural tornava-se diretamente influenciada por representações e regramentos que também transcenderiam o universo simbólico das formações rurais (Mathieu; Jollivet, 1989). Tornava-se então necessário pensar, política e socialmente, o que o próprio autor viria a designar como ruralidade “pós-industrial” (Jollivet, 1997).

Nessa nova ruralidade, não mais delimitada exclusivamente pelas fronteiras da agricultura, novos temas de investigação ganharam corpo. Entre eles, as questões relativas ao desenvolvimento e à regulação socioambiental possibilitaram a construção de novas agendas de pesquisa. Desde a década

de 1990, vários estudos têm destacado a necessidade de novos enquadramentos sociais e agrário-espaciais para a compreensão das transformações contemporâneas do rural (Marsden *et al.*, 1995; Murdoch; Marsden, 1994). Outros trabalhos, em convergência com a identificação de mudanças nas dinâmicas agrícola e agrária no contexto da alta modernidade, destacaram a expansão das estratégias de governança da diversidade de interesses econômicos e políticos que marcariam novos perfis de ruralidade (Goodwin, 1998; Ray, 1998). Alguns estudos, do chamado campo da sociologia da agricultura norte-americana, buscaram também aproximar o debate sobre produção e sistemas alimentares da crescente demanda social por sustentabilidade (Buttel; Larson; Gillespie, 1991)<sup>2</sup>. Em todos esses esforços, a transversalidade da temática ambiental aparecia por meio do pressuposto geral de que a referência à sustentabilidade era a base sobre a qual os rumos da localidade — em termos agrário, agrícola ou territorial — seriam socialmente pensados e disputados.

Essa perspectiva da sustentabilidade foi partilhada por vários estudiosos das ruralidades europeias. Articulado com a expansão das atividades não agrícolas, o processo denominado de “novas” ruralidades naquele continente compreendeu estruturas complexas de composição das relações entre economia, sociedade e natureza (Kayser, 1990; Hervieu, 1993; Marsden, 1995; Murdoch; Marsden, 1994). Essa realidade, emblemática nos territórios rurais franceses e ingleses, por exemplo, estimulou estudos sobre as diferentes formas de composição dos tradicionais interesses agrícolas com os dos demais

setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais — articulando, assim, as dimensões agrária e ambiental desses territórios de modo bastante complexo (Hervieu; Purseigle, 2013; Ray, 1998; Jollivet, 2001).

No Brasil, o debate sobre as mutações do rural foi realizado em diálogo com a referida bibliografia internacional — e, particularmente, guardando estreitos laços com a produção da sociologia rural francesa. Em larga medida, esses laços se relacionam com a trajetória de formação e cooperação que muitas pesquisadoras e pesquisadores brasileiros estabeleceram com universidades e instituições francesas de pesquisa sobre o rural desde a década de 1970 (Wanderley, 2018). A despeito dos laços de formação e cooperação, os estudos sobre as transformações do rural contemporâneo ganharam cores próprias no Brasil. Na discussão em torno da sustentabilidade socioambiental dos espaços rurais, os aspectos relativos às especificidades locais adquiriram atenção da produção acadêmica. Questões como o estudo das regionalidades e seus potenciais ambientais e de mercado (Cavalcanti, 1999; Veiga *et al.*, 2001; Sacco dos Anjos, 2003), a emergência de novas institucionalidades nas áreas rurais, enfrentando o histórico “vácuo” em termos de políticas públicas para as populações rurais (Campanhola; Graziano da Silva, 2000), a ênfase na particularidade dos laços da localidade e do contato com a natureza com base no fenômeno da proximidade social (Abramovay, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (Schneider,

---

2 A propósito do histórico e das características teórico-metodológicas da sociologia da agricultura norte-americana, ver ensaio bibliográfico de Schneider (1997).

2004), incluindo a importância do movimento ambientalista (Brandenburg, 2002; Almeida, 2003), constituíram os primeiros apontamentos de estudos normativos e/ou analíticos que trouxeram novos horizontes para os estudos rurais no país.

### **Gênese da questão ambiental na sociologia rural brasileira**

Menções à natureza e ao meio ambiente como expressões isoladas são encontradas nos trabalhos pioneiros da sociologia rural no Brasil. A aridez das condições de vida provocada pelos rigores da terra e do ambiente, descrita no primeiro capítulo d'*Os sertões* (Cunha, 1982), os traços e as formas da natureza na chamada civilização do couro no sertão, abordados na primeira parte d'*Os cangaceiros* (Queiroz, 1968), e o ajuste ecológico nas mudanças dos modos de vida do caipira paulista, descritos na terceira parte d'*Os parceiros do Rio Bonito* (Candido, 1964), são exemplos do aparecimento do meio ambiente na produção clássica da sociologia rural brasileira. Não obstante tais momentos, a aproximação decisiva da questão ambiental no escopo dos estudos rurais no país surgiu efetivamente com a crítica à tese da industrialização da agricultura, que animou o debate entre os estudiosos do campo no curso da década de 1980.

O conceito “industrialização da agricultura” tornou-se corrente nas ciências sociais brasileiras para caracterizar as transformações ocorridas no processo de produção agrícola no país<sup>3</sup>. Se no passado a revolução

agrícola foi a responsável pela abertura do caminho à revolução industrial, formando mercados para o consumo das manufaturas, o desenvolvimento industrial, na segunda metade do século XX, foi o responsável pela dinâmica do desenvolvimento agrícola (Sz-mrecsnyi, 1990). Em trabalho de referência sobre a questão agrária brasileira, Guimarães (1982) afirmou que esse período caracterizou-se por dois momentos: um primeiro, denominado de industrialização espontânea, iniciado com o uso de tecnologias incipientes, expressadas pelos adubos naturais (orgânicos e minerais), pelos arados e outros implementos operados pela força animal em substituição à força humana; e um segundo momento, chamado de industrialização dirigida, surgido com a substituição dos adubos naturais pelos adubos artificiais e da maquinaria agrícola simples por equipamentos complexos, ambos provenientes de indústrias de grande porte, dotadas de alto nível tecnológico. Nesse movimento, a agricultura transformou-se num ramo de produção semelhante a qualquer segmento industrial, atrelando-se mais intensamente ao movimento geral de valorização capitalista. Seja comprando insumos industriais, seja produzindo matérias-primas para indústrias de transformação, a agricultura submeteu-se ao domínio do capital industrial tanto no que tange ao predomínio de suas relações sociais de produção quanto no que se refere à superação dos obstáculos representados pela natureza ao seu processo de valorização (Graziano da Silva, 1981; Muller, 1989; Kageyama *et al.*, 1990).

---

3 Os pressupostos teóricos subjacentes ao conceito de “industrialização da agricultura” são de base marxista. Apoiam-se, particularmente, nas discussões desenvolvidas por Karl Marx, no terceiro volume d'*O Capital*, sobre a não equivalência entre tempo de trabalho e tempo de produção. A propósito, ver Marx (1983). Para a sistematização desse debate no escopo da tradição marxista, passando, entre outros, por Lenin e Kautsky, ver Graziano da Silva (1981).

No propósito de retomar as especificidades da agricultura ante outras esferas de produção de valores excedentes, estudos do fim da década de 1980 ressaltavam as contradições do conceito de industrialização da agricultura. Entre outros limites, tal conceito revelaria certo “otimismo” em relação à capacidade do capital em superar os limites que a natureza impõe ao seu processo de valorização na produção agrícola (Veiga, 1991). Ademais, reproduziria uma leitura totalizante do alcance do trabalho social na agricultura. Isso porque, se na indústria o trabalho social teria a função de transformar uma matéria-prima em um novo produto, na agricultura o trabalho poderia somente sustentar ou regular condições específicas sob as quais as plantas crescem e se reproduzem (Abramovay, 1992). A etapa de transformação nesse processo estaria necessariamente sob o comando de mecanismos orgânico-naturais — fora, portanto, do exclusivo arbítrio social (Veiga, 1991).

No cerne desse debate, tiveram importante impacto na literatura para redimensionar o conteúdo da relação agricultura-indústria os conceitos de apropriação e substitucionismo, introduzidos por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990). Na perspectiva desses autores, a noção de apropriação representaria um movimento de apropriação industrial de frações do processo de produção agrícola, superando parcialmente as restrições ambientais, enquanto o substitucionismo evidenciaria um momento em que o produto agrícola passaria cada vez mais a ser substituído por produtos industriais — evidência notada com o desenvolvimento da indústria alimentícia do fim do século XX. Nesse cenário, as então inovações biotecnológicas indicariam os novos horizontes da mediação da relação capital-natureza na agricultura (Valencio, 1995b).

## **Novas trajetórias da sociologia rural**

As discussões relativas aos limites que a natureza imporia ao controle absoluto do capital industrial no processo de acumulação na agricultura foram acompanhadas de diferentes estudos empíricos acerca das diferentes implicações da revolução verde sobre as populações e o meio ambiente nos territórios rurais. Em larga medida, esses estudos ressaltavam a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação das águas e dos próprios alimentos produzidos por meio do pacote intensivo de tecnologias química e mecânica (Romeiro, 1998; Romeiro; Abrantes, 1981). No campo das ciências sociais, os estudos focalizaram os arranjos sociais, econômicos e políticos que permitiram a conformação de um cenário propício tanto à consolidação do moderno padrão agrícola quanto à conservação da concentrada estrutura agrária em diferentes regiões do país. Essa modernização conservadora — ou modernização dolorosa, como classificara Graziano da Silva (1982) — foi uma das marcas das sociabilidades rurais dos territórios marcados pela expansão das frentes de acumulação do capital industrial (Graziano da Silva, 1996; Wanderley, 2009).

Vários estudos abordaram o papel do Estado no estímulo ao modelo socialmente excludente e ambientalmente predatório de modernização da agricultura nacional. O papel das políticas de crédito (Delgado, 1985; 2012); a atuação do Estado não como árbitro abstrato, mas como agente interessado, parte das lutas sociais (Palmeira, 1989); as trajetórias tecnológicas estimuladas pelas instituições de pesquisa agropecuária (Romeiro, 1998); a conjuntura de sustentação política e legitimidade do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura do Sul do país (Guivant, 1992); e as grandes obras estatais

que resultaram em arranjos fundiários ainda mais concentrados, somados à degradação e aos impactos socioambientais — tais como as usinas hidrelétricas nas regiões Nordeste (Valencio, 1995a), Sudeste (Martins, 2000) e Norte do país (Almeida, 2012; Castro; Hébette, 1989; Magalhães Silva, 2006)<sup>4</sup> —, são alguns dos temas que expandiram e dinamizaram eixos importantes do debate acerca da relação Estado, classes e capital no escopo da dimensão socioambiental que marcou a questão agrária no Brasil do fim século XX.

Do ponto de vista da organização da sociedade civil, no curso da década de 1980, as entidades de representação sindical incorporaram fragmentos da pauta ambientalista em formação. Conforme revelou Brandenburg (2005), em 1985, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) questionou, em seu 4º Congresso Nacional, as modernas técnicas de produção agrícola, tendo em vista seus altos custos e suas incertezas ambientais. No evento, foi aprovada a proposição do resgate das técnicas de produção financeiramente mais acessíveis e de uso comum, como a ampliação da aplicação de matéria orgânica ao solo, o controle biológico e a rotação de culturas.

No contexto pós-Constituição de 1988, alguns estudos buscaram identificar a incorporação da questão ambiental por parte das organizações e movimentos sociais do campo. Nesse esforço, Scherer-Warren (1989; 1996) identificou as atuações do Movimento dos Pequenos Agricultores Familiares Atingidos por Barragens, do movimento indígena na luta pelo direito de posse de suas terras

e do movimento dos seringueiros em defesa da preservação de sua modalidade de extrativismo na Amazônia.

É notório que os estudos rurais dedicados aos impactos socioambientais da modernização conservadora da agricultura no país adquiriram maior ênfase social e política no início da década de 1990 (Acselrad, 2010). Isso em razão da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. A conferência, que veio a ser conhecida como Rio 92, definiu, em vários níveis, a consolidação da questão ambiental nas agendas social, política e científica no Brasil. Também influenciou em larga medida as estratégias de atuação do movimento ambientalista e reforçou pautas concernentes à sustentabilidade nos territórios rurais do país (Brandenburg, 2005; Rozendo, 2011).

Sob o impacto desse debate político mais amplo, o tema agricultura e sustentabilidade emergiu com forte viés interdisciplinar, colocando em diálogo — ou confronto, a depender do enfoque — campos de saberes como a agronomia, geografia, ecologia, economia e a própria sociologia rural. Muito embora a expressão “sustentabilidade” trouxesse consigo uma evidente conotação cultural (Carneiro, 2014), foi notório o alcance das leituras técnicas e normativas que terminaram por marcar a temática. No escopo das ciências sociais, em particular, o tema expressou embates políticos acerca das aproximações entre agricultura familiar e biodiversidade, com confrontos entre os preservacionistas radicais e as concepções essencialistas do baixo

---

4 A propósito dos estudos sobre os impactos sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas no país, há um vasto repertório de trabalhos publicados desde a década de 1980. Esses trabalhos vão desde a pioneira análise socioantropológica de Sigaud (1986) e marcam fortemente a produção do campo da sociologia ambiental, com estudos como os de Zhouri e Oliveira (2007), por exemplo. A propósito da trajetória desses estudos, ver Fleury, Almeida e Premebida (2014).

impacto ambiental das chamadas “comunidades tradicionais” — notadamente comunidades caiçaras, sítiantes, roceiros, ribeirinhos, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e grupos extrativistas e indígenas. Como bem apontaram Carneiro e Danton (2012), essas disputas tiveram impacto importante nos modos como a ciência veio informar o campo das políticas públicas. Ademais, a própria noção de sustentabilidade poderia servir como reforço à exclusão da agricultura familiar, na medida em que imputaria exigências adicionais a um segmento dos territórios rurais historicamente mantido ao largo da assistência social e de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento rural (Moreira, 2007).

O amplo tema da agricultura alternativa<sup>5</sup> também adquiriu espaço nos estudos das ciências sociais (Guivant, 1995; Giuliani, 1997). No contexto do sul do país, Almeida (1999) apontou como, para além de sistemas produtivos, as alternativas de agricultura expressavam complexos sistemas culturais e ideológicos justificadores de modos de vida e de trabalho. Essas alternativas se construíram inicialmente por meio da atuação de organizações não governamentais, movimentos sociais e da própria ação técnica. Brandenburg (1999), por sua vez, aprofundou os estudos sobre as alternativas agroecológicas ante a homogeneização técnica representada pela revolução verde. Também, nesse caso, a agroecologia foi problematizada com base na construção de novos sujeitos e novas identidades no campo.

Desdobramentos do debate sobre agriculturas alternativas e, principalmente, em torno da agroecologia — em meio à crítica ao modelo conservador e ecologicamente

destrutivo da modernização da agricultura brasileira — tiveram espaço, a partir da década de 2000, com a realização de diferentes estudos de caso, sobretudo nas Regiões Sul e Nordeste do país (Schmitt, 2001; Santos *et al.*, 2014; Paulino; Gomes, 2015). Inicialmente, esses estudos se mantiveram articulados aos debates sobre as novas identidades sociais no campo, mobilizadas por valores como os do ambientalismo e do feminismo na esfera agroecológica (Lima; Jesus, 2017). Dilemas na construção de diferentes leituras ideológicas e enfoques identitários (Almeida, 2003) e a relação entre sindicalismo e ambientalização/ecologização da agricultura familiar (Picolotto, 2012; Picolotto; Brandenburg, 2015) também passaram a ser investigados. A incorporação da problemática ambiental pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Borsatto; Carmo, 2013; Borges, 2010), bem como o surgimento de suportes de políticas públicas para a criação de assentamentos agroecológicos de reforma agrária, veio reposicionar a perspectiva das classes sociais nos estudos sobre a agroecologia (Scopinho, Gonçalves; Melo, 2016; Lopes *et al.*, 2015).

Na esteira da expansão dos complexos agroindustriais no país, vários estudos, a partir dos anos 2000, analisaram a teia de relações que marcaram os interesses e articulações entre propriedade da terra e capital industrial no momento de crescente regulação ambiental da exploração de ecossistemas rurais. Os casos dos impactos socioambientais da agroindústria sucroalcooleira (Assis, 2016; Silva; Verçoza; Bueno, 2013; Silva; Martins, 2010) e da monocultura da soja (Miranda; Gomes, 2013) tornaram-se refe-

---

5 Para as diferenças da noção de agricultura alternativa em diferentes contextos nacionais — particularmente no Brasil, na França e na Alemanha —, ver Brandenburg (2002).



rências incontornáveis para o debate sobre a radicalização da revolução verde e seus impactos no acesso à terra e no ritmo da degradação dos recursos naturais no campo. Na década de 2010, a implementação do novo Código Florestal brasileiro trouxe a público o potencial de articulação e pressão política da chamada elite ruralista do país. A redução dos limites mínimos das áreas de reserva legal e da extensão das áreas de proteção permanente — com impactos decisivos sobre as áreas de mata ciliar —, bem como o modo de institucionalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), evidenciou de modo incontestado seu impacto disfuncional em relação à terra e sua contribuição para a insegurança alimentar (Sauer; França, 2012).

Além dos temas diretamente ligados à agricultura, a incorporação da questão ambiental no espectro da sociologia rural também deu conta de importantes mudanças institucionais que passaram a influir sobre as relações de propriedade e sobre as formas de uso dos recursos ecossistêmicos no campo. Este é o caso, por exemplo, da emergência das novas institucionalidades dedicadas à gestão participativa (ou governança) dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Com a proliferação das arenas participativas de gestão pública pós-Constituição de 1988 (Avritzer, 2002; Dagnino, 2002), a formação e a dinâmica de diferentes modalidades de conselhos de gestão territorial no campo tornaram-se um importante objeto de investigação. Em particular, os conselhos de desenvolvimento rural sustentável (grande parte dos quais criados em escala municipal) passaram a ser estudados pelas perspectivas do debate sobre políticas públicas (Favareto; Demarco, 2009; Mattei, 2010), das heterogeneidades territoriais e da expressão das mudanças demográficas e de morfologia social dos territórios rurais nessas

arenas (Abramovay, 2001; Marques, 2009) e das assimetrias de poder nelas incorporadas e/ou consolidadas (Martins, 2005; 2009).

Também no contexto das novas institucionalidades socioambientais, o surgimento de diferentes espaços de governança ambiental em territórios rurais demandou esforços renovados de investigação. Conselhos de meio ambiente e comitês e consórcios de bacias hidrográficas, por exemplo, tornaram-se objetos de estudos voltados às disputas de classes e grupos sociais pela primazia no uso de recursos ambientais específicos, com forte preferência pelos conflitos em torno da terra e da água. Esses estudos abrangeram empiricamente as Regiões Sul e Sudeste (Arbarotti, 2018; Martins, 2006, 2007; Gonçalves, 2009; Silva, 2017).

Por fim, ainda no âmbito das novas formas de regulação socioambiental, os estudos sobre agricultura familiar em áreas de proteção ambiental e unidades de conservação estreitaram seus diálogos com a sociologia rural nos últimos 15 anos. Conforme se discutirá a seguir, embora o arcabouço analítico desses estudos no Brasil tenha suporte enraizado nos campos da sociologia ambiental e da ecologia política, a problematização de alguns de seus temas segue uma aproximação crescente com categorias tradicionais dos estudos rurais — entre as quais as noções de campesinato, propriedade e uso social da terra.

## **Do ambiental ao rural**

Da mesma forma que a sociologia rural passou a incorporar, a partir da década de 1980, a temática ambiental a seus esforços de interpretação do mundo rural no Brasil, os esforços de incorporação de perspectivas ambientais às ciências sociais no país, nessa mesma época, representaram outra vertente de aproximação entre essas duas dimensões, na

medida em que muitos dos objetos que passam a ser priorizados nessas investigações (vetores de degradação da natureza, conservação da biodiversidade, conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais) conectam-se diretamente aos espaços e às populações rurais.

Como esses pesquisadores adotaram outro ponto de partida, seus trabalhos introduziram no debate diferentes perspectivas teóricas, conceitos e problemáticas de pesquisa. Esse é um campo também marcado pelo diálogo entre disciplinas acadêmicas, com pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, muitas vezes ligados a programas de pós-graduação interdisciplinares, que passam a liderar as pesquisas sobre temas ambientais<sup>6</sup>.

Por esse motivo, foi difícil restringir o balanço desta seção, que trata da influência dos estudos ambientais sobre os estudos rurais, a uma única disciplina, no caso, a sociologia. Apesar disso, alguns recortes tiveram de ser feitos. Decidiu-se priorizar, entre as abordagens “ambientalizadas”, a perspectiva da ecologia política, em virtude da expressiva quantidade de trabalhos acerca dos espaços rurais brasileiros que inspirou, direta ou indiretamente, bem como em virtude da proximidade crítica que mantém com a melhor tradição da sociologia rural brasileira.

### **Ecologia política: incorporando as desigualdades de poder**

As origens da ecologia política, a partir da década de 1970, estão ligadas, principalmente, a pesquisas realizadas nos espaços rurais<sup>7</sup> dos países e regiões do sul global (Zimmerer;

Basset, 2003; Bryant; Bailey, 2005; Robbins, 2012). Esse fato é significativo, quando se sabe que outras abordagens “ambientalizadas” das ciências sociais, como a sociologia ambiental e a modernização ecológica (com a ênfase sobre a noção de risco), foram construídas majoritariamente com base em situações empíricas comuns aos espaços urbanos/industriais dos países do norte global (Buttel; Taylor, 1992; Fisher; Freudenburg, 2001).

Um dos primeiros usos do termo ecologia política foi feito pelo antropólogo Eric Wolf, em 1972, assumindo o pressuposto de que relações de poder medeiam as relações entre seres humanos e ambiente. Ao colocar o poder no centro das análises, os praticantes da ecologia política recusavam as ecologias apolíticas, focadas em problemas de adaptação ao ambiente, sem considerar as desigualdades estruturais que moldam as relações que os seres humanos estabelecem com a natureza (Biersack, 2006; Robbins, 2012). Em pesquisa realizada em duas vilas camponesas nos alpes italianos, Cole e Wolf (1999) procuraram tratar a dimensão ecológica não apenas em termos da utilização cultural de um ambiente particular (como proposto pela antropologia ecológica), mas interagindo com forças geradas pela economia política mais abrangente. Buscavam, assim, maneiras de descrever processos pelos quais grupos étnicos se formavam e se reproduziam pela sua imersão em “campos de relações de poder” (Cole; Wolf, 1999, p. xvi). Circunstâncias sociais, culturais e políticas, portanto, devem ser consideradas, ao mesmo tempo que é necessário descrever e explicar

6 Entre outros exemplos, é possível destacar o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará.

7 Há, na literatura, inúmeros esforços de produzir uma ecologia política mais diretamente conectada com temas propriamente rurais, seja uma ecologia política do campesinato (Anderson, 1994), seja de formas de agricultura (Jansen, 1998), seja de produtos/*commodities* agrícolas (Miranda, 2011).

as interconexões entre microcosmo e macrocosmo, comunidade e ações estatais.

Esse programa inicial, muito mais do que definir um campo integrado teórica e metodologicamente, informa um conjunto de pressupostos assumidos por pesquisadores de áreas como a geografia, antropologia, estudos sobre desenvolvimento, sociologia, história, entre outras, em sua busca por desvelar os mecanismos e as desigualdades de poder associados às formas de acesso, uso e gestão de recursos e ambientes, em processos contínuos de mudança socioambiental. Bryant e Bailey (2005) ressaltam a premissa comum aos esforços de pesquisa no campo da ecologia política: que os processos de mudança ambiental e as condições ecológicas são o produto do processo político. Ao longo do tempo, como informa Robbins (2012), as análises inspiradas pela ecologia política têm substituído o foco inicial nos processos de degradação ambiental causados pela ação antrópica por uma abordagem que enfatiza os processos de constituição de espaços socioambientais, por meio da interação de diferentes grupos humanos e destes com atores não humanos.

Se os estudos inspirados pela ecologia política priorizaram, inicialmente, a análise das relações entre projetos de desenvolvimento e degradação socioambiental, os pesquisadores vinculados a essa abordagem têm sido críticos também das respostas políticas formuladas por governos nacionais e regionais, movimentos ambientalistas e setores privados voltados à conservação da biodiversidade ou à mitigação dos impactos ambientais das atividades econômicas ao não considerarem os efeitos diferenciais de ações de proteção da natureza ou de regulação ambiental dos comportamentos humanos sobre diferentes grupos sociais.

Robbins (2012, p. 19-20), seguindo Bryant e Bailey (2005), lista três pressupos-

tos principais e interconectados da ecologia política: custos e benefícios associados a processos de mudança ambiental são desigualmente distribuídos; assim, são reforçadas ou reduzidas desigualdades sociais e econômicas, aproximando a ecologia política de abordagens como as da injustiça e do racismo ambiental; o que impacta a distribuição de poder entre os diferentes atores. A literatura inspirada pela ecologia política pode ser organizada em torno do que Robbins (2012) chamou de “cinco narrativas dominantes”: estudos que tratam de processos de degradação ambiental e marginalização de populações diretamente afetadas; pesquisas que analisam criticamente os esforços de conservação e controle do acesso e uso dos recursos e ambientes; investigações sobre a emergência de conflitos ambientais e como expressam desigualdades de classe, de gênero, raciais e étnicas; trabalhos que relacionam temas ambientais e identitários, conectando modos de vida e formas sociais de apropriação da natureza; e pesquisas, mais recentes, que exploram as conexões entre atores políticos e atores não humanos.

A abordagem da ecologia política, ao longo do tempo, tem incorporado conceitos e teorias formuladas em campos de conhecimento afins, como os estudos sobre recursos e propriedade comum, o debate sobre a produção social dos desastres, as relações entre conhecimento e poder, entre outros. Mesmo sendo muitas vezes criticada por enfatizar excessivamente as questões relativas às desigualdades de poder e à ação política dos grupos sociais em detrimento da apreensão das dinâmicas ecológicas (Walker, 2011), a ecologia política tem tido grande influência na ação de movimentos sociais que organizam as populações mais vulneráveis aos processos de degradação ambiental, o que Alier (2007) chamou de “o ecologismo dos pobres”, e na

compreensão de que conflitos ambientais são, fundamentalmente, conflitos distributivos.

### **A ecologia política anglófona produzida sobre o Brasil**

A partir da década de 1980, dezenas de trabalhos são publicados em inglês, sob inspiração da ecologia política, tendo o Brasil, e particularmente a Amazônia, como *locus* de investigação empírica (Bunker, 1985; Hecht, 1985; 1993; Hecht; Cockburn, 2010; Chapman, 1989; Schmink; Wood, 1987; 1992; Moran, 1993; Walker; Moran; Anselin, 2000; Hoelle, 2011). Esses pesquisadores, a maioria vinculada a universidades americanas, vão estabelecer laços com pesquisadores brasileiros, e seus trabalhos influenciarão a produção acadêmica no Brasil.

Stephen Bunker fez a pesquisa que resultou em *Underdevelopment the Amazon* no período em que atuou como professor visitante no NAEA/UFPA, entre 1975 e 1978<sup>8</sup>, após ter investigado programas de desenvolvimento rural implementados em Uganda, na África Oriental e na Guatemala, na América Central. A obra, nas palavras do próprio Bunker (1985, p. 1), abordou as formas pelas quais 350 anos de diferentes economias extrativas na Amazônia enriqueceram as classes dominantes, enquanto empobreceram progressivamente a região como um todo, destacando as incapacidades de o moderno Estado nacional evitar a destruição de comunidades humanas e do ambiente natural.

Em *Underdevelopment the Amazon*, Bunker (1985, p. 142) afirma que os programas de desenvolvimento rural na Amazônia responderam aos interesses da classe dominante em detrimento das populações camponesas, seja das áreas de ocupação mais antiga, seja das áreas de colonização dirigida, contribuíram para reduzir os custos do trabalho das indústrias extrativas e minimizar as tensões geradas pela distribuição desigual da terra em outras regiões do país. Esses programas foram descontínuos e inadequados do ponto de vista dos camponeses, permitiram a exploração desses grupos sociais pelas classes dominantes e não levaram em conta os efeitos destrutivos das ações planejadas sobre a vida dos camponeses e sobre os ecossistemas amazônicos.

Mais do que descrever os processos que levaram ao aumento acelerado do desmatamento da Amazônia na década de 1970, Bunker (1985) elabora uma teoria alternativa ao paradigma da modernização, enfatizando a transferência de recursos e energia das economias extrativistas para as produtivas (baseadas na indústria e agricultura). Esse fluxo aumenta a complexidade e o poder das economias produtivas e empobrece, social e ecologicamente, as extrativistas. Assim, os esforços de desenvolvimento baseados em economias extrativistas produziriam, ao final, subdesenvolvimento e degradação ambiental (Urban, 1986)<sup>9</sup>.

Enquanto Bunker (1985) analisou as economias extrativistas para explicar o sub-

8 Nesse período, Bunker estabeleceu relações com Joe Foweraker, Marianne Schmink, Susanna Hecht, Charles Wood e Dennis Mahar, que também realizavam suas pesquisas de campo na Amazônia, em temas próximos ao dele e partindo de premissas partilhadas (Bunker, 1985, p. 10-11).

9 Ao criticar a opção pelo extrativismo como meio para se alcançar o desenvolvimento, a obra de Bunker marca o debate entre defensores e críticos do extrativismo na Amazônia, debate que não se esgotou, ainda que estratégias baseadas em economias extrativistas tenham sido defendidas tanto pelos movimentos ambientalistas quanto por organizações ligadas às populações tradicionais amazônicas, influenciando também pesquisadores que trabalham com essas populações.

desenvolvimento da Amazônia, com impactos negativos sobre populações rurais e florestas, um conjunto maior de trabalhos tomou como objeto de investigação a rápida conversão de florestas em pastagens para a criação de gado (Hecht, 1985; 1993; Hecht; Cockburn, 2010; Schmink; Wood, 1987; 1992; Moran, 1993; Walker; Moran; Anselin, 2000; Hoelle, 2011). Nessa literatura, as políticas de desenvolvimento rural adotadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram objeto de investigação e integradas a modelos alternativos de explicação da degradação ambiental, problematizando a abordagem malthusiana da tragédia dos comuns, mas também as explicações fundadas no atraso tecnológico ou as narrativas dependentistas, que associavam desmatamento à produção de *commodities* para o mercado internacional (Hecht, 1985). Moran (1993) recusou, especialmente para o caso da Amazônia brasileira, a associação entre desmatamento e crescimento populacional, tão cara aos modelos malthusianos.

A ecologia política compõe-se, assim, da inserção da questão ambiental na economia política do desenvolvimento amazônico (Hecht, 1985; Schmink; Wood, 1987). O desmatamento torna-se não apenas um tema ambiental, mas um fenômeno relacionado à dominação de classe, ao papel do Estado na promoção da acumulação privada e da ideologia no discurso público das agências ligadas ao planejamento do desenvolvimento. Em suma, processos econômicos e políticos são percebidos como determinantes das formas de exploração de recursos naturais na fronteira amazônica.

No lugar da ênfase sobre o extrativismo como meio de produzir valor com base na exploração da terra e dos recursos naturais, Hecht (1985; 1993) associou o desmatamento à capacidade de certos grupos de fa-

zer dinheiro pelo uso especulativo da terra, cuja propriedade permite também capturar rendas institucionais por meio dos créditos e subsídios vinculados às políticas de desenvolvimento rural na Amazônia. Criar gado era o meio de adquirir grandes propriedades, numa fronteira agrícola aberta, em que subsídios governamentais estimularam a criação de um mercado especulativo de terras. Hecht (1985, p. 680) concluiu que a produtividade da terra se tornara secundária, já que a terra em si era a *commodity*: “Se a produtividade da terra tem pouca importância, precauções no manejo do solo tornam-se irrelevantes e a degradação ambiental é o resultado inevitável” (Hecht, 1985, p. 680).

Com o aprofundamento do debate, a ampla disseminação da pecuária entre pequenos proprietários leva à necessidade de expandir os modelos explicativos. Walker, Moran e Anselin (2000) defenderam que, em áreas com grande migração interna de pequenos produtores, o desmatamento deve-se mais à disponibilidade de mão de obra contratável do que à força de trabalho familiar e ao capital físico que se encontra à disposição dos pequenos pecuaristas. Hoelle (2011) advogou pela ampliação dos modelos analíticos da pecuária na Amazônia, incluindo a disseminação de construções culturais positivas em torno da atividade, a influência das relações socioeconômicas entre diferentes grupos sociais – não apenas de conflito, mas também de cooperação – e as condições econômicas que tornaram a pecuária mais competitiva na região do que atividades agrícolas ou extrativas.

Alguns temas emergiram no contexto do debate sobre a relação entre pecuária e desmatamento na Amazônia, temas estes que depois exerceram grande repercussão nos trabalhos dos anos 2000: a destruição da floresta tropical não seria apenas um pro-

blema para a natureza, mas também para as populações cujos modos de vida estão ligados à floresta e que são pressionadas, por meio de conflitos muitas vezes violentos, a abandonar seus territórios (Hecht, 1993; Schmink; Wood, 1992; Fearnside, 1997); ao mesmo tempo que a organização política dessas populações abriu espaço ao exercício do que Hecht e Cockburn (2010) chamaram de “cidadania insurgente”, a reivindicação de direitos pelos variados grupos marginalizados dos espaços rurais brasileiros passou a estar associada a seu papel na proteção da natureza.

Ainda que, no contexto dos anos 1980, grande atenção tenha sido dada ao tema do desmatamento, a ecologia política inspirou estudos a respeito da sobre-exploração dos recursos pesqueiros na Amazônia. No esforço de apreender os fatores que ameaçavam os estoques pesqueiros amazônicos, Chapman (1989) ressaltou outros temas que também se tornaram centrais ao debate posterior no Brasil: privatização das propriedades comunitárias; marginalização das populações rurais pobres e aumento da pobreza; e desorganização dos controles comunitários sobre os recursos naturais como efeito das transformações sociais e econômicas em curso.

A literatura anglófona produzida a partir da década de 1980 sobre processos de mudança ambiental no Brasil exerceu forte influência entre pesquisadores brasileiros que deram continuidade à agenda de pesquisa acerca dos efeitos negativos (em termos de degradação ambiental e desorganização dos modos de vida das populações que habitam os espaços rurais) da ação de agências governamentais e do grande capital privado associados a projetos de desenvolvimento e construção de infraestruturas. Os modelos descritivos e explicativos mobilizados nessa literatura, partindo dos pressupostos da eco-

logia política, permitiram não apenas revelar, mas também dar significado a centenas de conflitos relativos ao uso e à apropriação de recursos e ambientes que envolvem populações rurais no país.

### **A ecologia política praticada por pesquisadores brasileiros**

A literatura que direta ou indiretamente se inspira na ecologia política para tratar a questão ambiental no Brasil é diversificada e crescente. Aqui decidimos repertoriar algumas das investigações que, mesmo partindo de preocupações ambientais, tomam o mundo rural como lugar de pesquisa e problematização, aportando novas questões à tradição da sociologia rural brasileira. Como já mencionado, decidimos incluir trabalhos que foram produzidos por pesquisadores de áreas conexas, como a geografia e os estudos sobre desenvolvimento, mas que contribuem com a reflexão sociológica.

Organizamos essa produção em torno de quatro eixos principais:

- as pesquisas que deram continuidade aos esforços de investigação sobre as relações entre expansão da fronteira agrícola, especialmente nos cerrados e na Amazônia, políticas e projetos de desenvolvimento e processos de mudança ambiental, em meio a mudanças fundiárias e esforços de modernização socioeconômica;
- trabalhos que lidaram com a inserção de temas ambientais nos conflitos agrários;
- investigações sobre as formas de apropriação e uso dos recursos naturais, particularmente aqueles relacionados ao tema dos *commons* (os chamados recursos comuns, apropriados coletivamente);
- as pesquisas que refletiram sobre o impacto das políticas ambientais sobre po-

pulações rurais, especialmente a criação de unidades de conservação.

Essa classificação é arbitrária, já que nas situações empíricas esses temas muitas vezes aparecem interconectados. Analiticamente, porém, permite acessar alguns dos principais temas do debate que conecta ambientes e espaços rurais, mesmo sem trazer uma revisão exaustiva da produção acadêmica brasileira sobre essas temáticas.

### **Expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento e mudança socioambiental**

Se o desmatamento na Amazônia ao longo das décadas de 1970 e 1980 esteve relacionado à atividade pecuária, a literatura mais recente tem dado ênfase à ocupação de terras florestadas no cerrado e na Amazônia para a produção de *commodities* agrícolas para abastecimento do mercado internacional (Verburg *et al.*, 2014; Miranda, 2011), associadas a programas governamentais de constituição de infraestruturas produtivas, a incentivos fiscais e a políticas macroeconômicas. O avanço do agronegócio nessas regiões tem reforçado o poder político do setor e, mais recentemente, confrontado políticas ambientais e de reconhecimento do direito à terra das populações tradicionais que ocupam os espaços rurais.

Castro (2005) chama a atenção para a necessidade de considerar analiticamente a racionalidade e as motivações de diferentes grupos sociais com base na análise do que chamou de “estratégias socioespaciais” dos “agentes econômicos presentes nas novas áreas de fronteiras”, num contexto de integração entre local e global. Em outro trabalho, Castro (2012) analisa as relações entre “políticas desenvolvimentistas” e “dinâmicas

socioterritoriais” no espaço transnacional da Pan-Amazônia. Assim, segue uma tendência recente de realizar análises que não estejam restritas às fronteiras nacionais, de modo que revelem dinâmicas que operam em escalas internacionais, especialmente fronteiriças, que resultam de políticas econômicas e projetos de infraestrutura empreendidos em diferentes países da América do Sul.

A produção energética na Amazônia também tem sido objeto de estudos. Seja o cultivo de espécies vegetais para produção de biodiesel ou agrocombustíveis (Laschefski, 2010; Nahum; Santos, 2018), seja, principalmente, a análise dos impactos socioambientais da implantação de grandes hidrelétricas na região (Fleury; Almeida, 2013). Assim, as relações entre desenvolvimento, ocupação da fronteira e processos de mudança socioambiental incorporam sistematicamente novos temas, dado que a pauta dos programas desenvolvimentistas é atualizada por novos contextos geopolíticos e econômicos.

Outro exemplo de atualização dos temas de investigação é a crescente produção sobre as relações entre mudança climática, desenvolvimento e populações rurais (Lindoso *et al.*, 2014; Kirsch; Schneider, 2016; Martins; Guivant, 2017). Nesse debate, temas como a vulnerabilidade das populações rurais ao aquecimento global e a ameaça à segurança alimentar têm sido mobilizados.

Outra linha de investigação aborda a relação entre desenvolvimento e mudança socioambiental, com base no que Cunha e Silva (2012) denominaram de estratégias de ecoagroinovação, referindo-se a inovações agronômicas que buscam promover o desenvolvimento rural por meio de insumos da natureza. Os autores empreenderam uma investigação acerca da introdução da algaroba, espécie nativa dos Andes, no semiárido nordestino na década de 1940, em

projetos de reflorestamento e para oferta de forragem aos rebanhos bovinos. Ao empreenderem uma ecologia política da algaroba, revelaram como a mobilização de poderes e saberes impacta o ambiente, num caso em que a algaroba tem sido denunciada como espécie invasora, mas, ao mesmo tempo, é apropriada pelas populações rurais e por processos socioeconômicos regionais (Cunha; Silva, 2012). Em outra pesquisa, também realizada no semiárido nordestino, Cavalcanti (2012) analisou o desenvolvimento do “algodão naturalmente colorido” e a mobilização de populações rurais por pesquisadores da EMBRAPA para seu cultivo, criando redes sociotécnicas com base em esforços de ecoagroinovação.

### **Ambientalização dos conflitos agrários**

No começo da década de 2000, ganha força, no Brasil, a temática dos conflitos ambientais, inspirada pela ecologia política. Duas coletâneas foram muito influentes na sistematização dos diferentes estudos sobre a emergência de conflitos ambientais no país (Acserald, 2004; Zhouri; Laschefski, 2010), incluindo, de um lado, pesquisas que lidaram diretamente com conflitos envolvendo populações rurais e, de outro lado, empresas mineradoras, agronegócio e monocultivos florestais, indústrias intensivas no uso da água, empreendimentos hidrelétricos, carcinicultura, entre outras atividades<sup>10</sup>. Mas é com a publicação do artigo de Leite Lopes (2006), que analisou o processo de ambientalização dos conflitos sociais, ressaltando a emergência da questão ambiental como

nova questão social e pública (fonte de legitimidade e argumentação em diferentes situações de conflito), que se desenvolveram, mais especificamente, análises sobre a ambientalização dos conflitos agrários ou, como definiu Anaya (2014), “conflitos ambientais territoriais”.

Muitos movimentos sociais do campo incorporaram, nas últimas décadas, a questão ambiental à sua pauta de reivindicações. Assim, conflitos fundiários envolvendo a luta pela terra passaram a adotar a retórica ambiental como instrumento de mobilização e visibilidade política. Desse modo, a ambientalização dos conflitos agrários (Fleury; Almeida, 2009; Anaya, 2014; Coelho; Cunha; Wanderley, 2010; Porro *et al.*, 2017) torna-se tanto objeto de investigação acadêmica como de reflexão sobre as estratégias de luta social dos movimentos sociais.

Um aspecto a ser ressaltado é que a ambientalização dos conflitos agrários não ocorre sem contradições, na medida em que conquistas territoriais passam a ser fortemente reguladas por mecanismos de conservação da natureza. Novas atividades são propostas, como o manejo florestal comunitário ou os sistemas agroflorestais (Porro *et al.*, 2017), que moldam as práticas produtivas das populações rurais, geram novos conflitos no interior dos próprios movimentos sociais e criam constrangimentos adicionais às decisões acerca do uso do solo e da exploração de recursos naturais nos territórios demarcados pelo poder público como resultado das conquistas sociais das lutas socioambientais.

Mais recentemente, no contexto de emergência de uma “crise hídrica” em dife-

---

<sup>10</sup> A revisão da literatura sobre o tema dos conflitos ambientais realizada por Fleury, Barbosa e Sant’Ana Júnior (2017) é importante ponto de partida para futuras investigações sobre a temática, em que ressaltam a variedade de conflitos: grandes projetos de investimento/infraestrutura; processos judiciais; demarcações de territórios de populações tradicionais; entre outros.



rentes regiões do país, a temática do acesso à água nos espaços rurais tem sido também ressaltada como fonte de conflitos ambientais (Castro; Silva; Cunha, 2017). O papel do Estado na oferta e na regulação do acesso à água em comunidades rurais é uma importante questão emergente, ampliando o debate acerca dos direitos territoriais das populações do campo brasileiro.

### **Populações, territórios, recursos comuns**

Recursos naturais (ou culturais) apropriados coletivamente, os chamados *commons*, são objeto de um campo acadêmico interdisciplinar com tradição de pesquisa. No Brasil, há grande diversidade de trabalhos que refletiram sobre o acesso, o uso e as formas de apropriação de recursos comuns ou coletivos entre populações rurais (Cunha; Nunes, 2008; Sabourin; Caron; Silva, 1999; Mota; Schmitz; Silva Júnior, 2015; Mota; Schmitz; Silva Júnior, 2011; McGrath *et al.*, 1998; Almeida, 2004; 2012). Fundos de pasto, faxinais, recursos pesqueiros, florestas, carnaubais, áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais, entre muitos outros exemplos de recursos apropriados coletivamente, são cruciais para a reprodução social de muitas populações do campo brasileiro, consideradas tradicionais ou não.

Nesses trabalhos, alguns temas se destacam: os processos de privatização de recursos comuns; a desorganização dos sistemas tradicionais de manejo em contextos de modernização social e econômica; as lutas sociais para evitar a degradação dos recursos naturais coletivamente apropriados; as incertezas relativas ao manejo de recursos comuns geradas pela ação do Estado; os desafios de produzir legislação sobre direitos territoriais

que considerem as especificidades das formas de acesso e uso dos *commons*; entre outros.

### **Políticas ambientais, agricultura familiar e unidades de conservação**

Um dos princípios mais destacados da ecologia política é que políticas de proteção ambiental não são neutras ou homogêneas em termos dos impactos que produzem sobre diferentes grupos sociais. Muitos grupos sociais que ocupam o espaço rural brasileiro, já marginalizados do acesso às terras mais valorizadas, sofreram forte impacto das políticas ambientais, especialmente aquelas destinadas a criar unidades de conservação, ou seja, territórios destinados à proteção da natureza em ecossistemas ou regiões de grande valor ambiental ou muito ameaçados.

Pesquisas têm demonstrado que unidades de conservação não são criadas em espaços vazios, mas em áreas ocupadas por agricultores familiares e grande diversidade de populações tradicionais, introduzindo conflitos acerca da apropriação do território e seus recursos, bem como territorializações distintas pelos agentes, muitas vezes antagônicas entre si. Um outro aspecto a ser considerado é que a decisão pela criação de unidades de conservação, especialmente restritivas em termos de acesso e uso dos recursos naturais, pode estar associada a grandes empreendimentos capitalistas, operando como forma de ação do poder público para proteger esses empreendimentos das demandas dos movimentos sociais do campo (Coelho; Cunha; Monteiro, 2009).

A iniciativa de criação de uma unidade de conservação pode ser também estratégia de grandes proprietários rurais para evitar a desapropriação de suas terras improdutivas, por meio das reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que passam a demandar dos

órgãos estatais de proteção ambiental a criminalização das atividades realizadas por populações que vivem no entorno dessas áreas (Cunha; Silva; Nunes, 2008).

Outra linha de investigação tem ressaltado as possíveis contradições entre políticas ambientais e políticas de proteção social ou de desenvolvimento rural. Le Tourneau e Bursztyn (2010), por exemplo, problematizam as consequências ambientais da criação de assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Miranda e Silva (2017) revelam as tensões entre práticas produtivas de agricultores familiares do semiárido (e seus usos tradicionais das áreas de vazante dos reservatórios e cursos d'água) e as determinações restritivas impostas pela legislação ambiental, especialmente o Código Florestal.

### **Considerações finais**

Neste artigo, perseguindo dois fios narrativos — do rural ao ambiental e do ambiental ao rural —, buscou-se demonstrar que, mesmo recente, a produção de pesquisadores brasileiros que atuam na interface entre ruralidades e meio ambiente, especialmente na sociologia, é vasta e diversificada. Mesmo que não se possa falar numa vertente unificada, teórica e analiticamente, é um campo que atrai crescente interesse e energiza continuamente novas pesquisas<sup>11</sup>.

O esforço empreendido aqui buscou revelar que, apesar da diversidade de temas, é possível identificar duas grandes questões, à espera de maior sistematização: de um lado, as contribuições já existentes à crítica ambiental da modernização da agricultura brasileira e ao desenvolvimento e, de outro lado,

os desafios enfrentados pelas populações rurais ante a emergência de uma questão ambiental. Depois de quase quatro décadas de esforços contínuos de investigação, é possível oferecer um quadro mais geral das relações entre ruralidades e meio ambiente no Brasil, tarefa para a qual este artigo pode ser uma contribuição inicial.

Do conjunto das contribuições aqui relacionadas, é fundamental reiterar que, desde a última década do século XX, temas centrais da sociologia rural no Brasil foram marcados pela força da questão ambiental. Como bem sugeriu Jollivet (1998), a construção histórica dessa questão demandou uma nova “vocação” à sociologia rural, sobretudo na medida em que constituiu dimensão transversal, perpassando a questão agrária, a propriedade privada da terra, o trabalho rural, os regimes de acumulação na agricultura e as estratégias sociais de uso dos recursos territoriais. Para promover o avanço de tal “vocação”, mostra-se fundamental a abertura da sociologia rural para novos diálogos com debates e caminhos analíticos que marcam a produção sociológica contemporânea — produção relacionada, entre outros, com novos marcadores de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e com o descentramento dos enfoques identitários. Até mesmo porque, como bem enfatiza Wanderley (2009), para os sociólogos, o rural não é somente território, mas também (ou sobretudo) espaço de vida, de relações, de sociabilidades.

No campo de investigação em tela, há uma estreita ligação entre experiências de políticas públicas e temas de estudo. Mais precisamente, nota-se a transformação de políticas públicas ligadas à agricultura

---

11 O grupo de trabalho que trata dessa interface nos eventos da Rede de Estudos Rurais, por exemplo, é o único a ter funcionado em todas as encontros ao longo das duas primeiras décadas do século XX, sempre com grande demanda de trabalhos inscritos.

e/ou ao meio ambiente em temas de investigação. A problematização sociológica desses eventos políticos é pertinente e necessária para a ciência social. Entretanto é fundamental problematizar essas políticas ante um repertório analítico que objetive suas formas sociais de construção e implementação. Ademais, é justamente esse repertório analítico que assegura a autonomia da pesquisa científica, evitando que ela se torne exclusivamente pautada pelo poder público ou pela ação dos governos. Como bem alertou Mills (2009) em seu notável ensaio sobre o artesanato intelectual, é preciso não confundir, no delineamento dos temas de investigação nas ciências sociais, as formulações, demandas e urgências do universo da política com os objetos de estudo, cujo *status* analítico depende de variáveis outras.

Ainda acerca dos limites críticos da literatura, observa-se a necessidade do maior e melhor aprofundamento das fronteiras de compreensão do rural como categoria analítica e como categoria operacional, tal como já proposto por Rémy (1989) em texto que

se tornou referência. Em larga medida, essas fronteiras também se verificam para a categoria meio ambiente. Isto é, como categorias operacionais, o rural e o meio ambiente estão circunscritos às demandas institucionais para classificação do espaço, para os recortes territoriais e para a gestão de políticas públicas. Mas, como categorias analíticas, “rural” e “meio ambiente” assumem diferentes feições e tornam-se independentes até mesmo das estratégias de intervenção pública e dos recortes administrativos, podendo ser problematizados como recursos simbólicos e categorias de pensamento que organizam as práticas sociais (Mormont, 1996a; 1996b; Williams, 2011a; 2011b). Dessa sorte, os estudos produzidos no campo das ciências sociais brasileiras e, particularmente, da sociologia, no escopo do tema ruralidades e meio ambiente, poderiam, em algumas frentes, emancipar-se das pautas mais imediatas das políticas públicas e seus instrumentos, tomando assim o rural e o meio ambiente como efetivos fatos sociais que revelam mudanças e permanências a depender da história social.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ACSERALD, H. **A re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad: Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio da FEE**, v. 24, n. 2, p. 499-519, 2003.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- ALPHANDÉRY, P.; BILLAUD, J.-P. Retour sur la sociologie rurale. **Études Rurales**, n. 183, p. 9-22, jan./jun. 2009. <https://doi.org/10.4000/etudesrurales.8895>
- ANAYA, F. C. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4041-4050, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.09242014>
- ANDERSON, L. E. **The political ecology of the modern peasant: calculation and Community**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- ARBAROTTI, A. E. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- ASSIS, W. F. Justificações midiáticas: as estratégias de ambientalização da produção de etanol através da publicidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 67-86, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC135961V1932016>
- AVRITZER, L. **Democracy and the public space in Latin America**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2002.
- BIERSACK, A. Reimagining political ecology: culture/power/history/nature. *In*: BIRSACK, A.; GREENBERG, J. B. (orgs.). **Reimagining political ecology**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 3-40.
- BILLAUD, J.-P. Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, p. 111-118, jul./dez. 2004. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v10i0.3099>
- BLAIKIE, P. **The political economy of soil erosion in developing countries**. Nova York: Longman Group, 1985.
- BORGES, J. L. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo/Goiânia: Terceira Margem/Editora da PUC Goiás, 2010.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 51-64, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100004>
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 11-28, 2002. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>
- BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. Londres: Routledge, 2005.
- BUNKER, S. G. **Underdevelopment the amazon: extraction, unequal Exchange, and the failure of modern state**. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

- BUTTEL, F. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, v. 14, n. 2, p. 165-181, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00176>
- BUTTEL, F. H.; LARS, O. E.; GILLESPIE, G. W. **The sociology of agriculture**. Nova York: Greenwood Press, 1991.
- BUTTEL, F. H.; TAYLOR, P. J. Environmental sociology and global environmental change: a critical assessment. **Society & Natural Resources**, v. 5, n. 3, p. 211-230, 1992. <https://doi.org/10.1080/08941929209380788>
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (orgs.). **O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 4, p. 61-92.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARNEIRO, M. J. “Desenvolvimento territorial sustentável”; o retorno ou a morte do camponês? In: MARTINS, R. C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 31-47.
- CARNEIRO, M. J.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**, v. 14, n. 30, p. 252-289, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000200009>
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 45-62, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>
- CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (orgs.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1989.
- CASTRO, E.; SILVA, J. I.; CUNHA, L. H. Os desafios da “cidadania hídrica” na América Latina: conflitos, estado e democracia. **Prim@ Facie**, v. 16, n. 32, p. 1-39, 2017. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2017v16n32.34247>
- CAVALCANTI, J. S. **Globalização trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora UFPE, 1999.
- CAVALCANTI, V. M. Conhecimento como produto social: o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba. **Raízes**, v. 32, n. 2, p. 87-107, 2012.
- CHAPMAN, M. D. The political ecology of fisheries depletion in Amazonia. **Environmental Conservation**, v. 16, n. 4, p. 331-337, 1989. <https://doi.org/10.1017/S0376892900009759>
- CLEAVER, H. The contradictions of the Green Revolution. *American Economic Review*, v. 62, n. 1-2, p. 177-186, 1972.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURY, A.; LASCHEFSKY, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

- COLE, J. W.; WOLF, E. R. **The hidden frontier: ecology and ethnicity in an Alpine Valley**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- CUNHA, E. da. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- CUNHA, L. H.; NUNES, A. B. Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, n. 1, p. 27-38, 2008. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13422>
- CUNHA, L. H.; SILVA, J. I.; NUNES, A. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Raízes**, v. 27, n. 1, p. 80-96, 2008.
- CUNHA, L. H.; SILVA, R. A. G. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. **Raízes**, v. 32, n. 1, p. 72-95, 2012.
- DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-15.
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP; Iglu, 2007.
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 121-146.
- FEARNSIDE, P. M. Contested frontiers in Amazonia. **Global Environmental Change**, v. 7, n. 1, p. 83-84, 1997.
- FISHER, D. R.; FREUDENBURG, W. R. Ecological modernization and its critics: accessing the past and looking toward the future. **Society & Natural Resources**, v. 14, n. 8, p. 701-709, 2001. <https://doi.org/10.1080/08941920119315>
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A ambientalização dos conflitos sociais no Centro-Oeste brasileiro: desenvolvimento rural, violência simbólica e a conservação da natureza. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 18, n. 4, p. 677-693, 2009.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-158, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>
- FLEURY, L.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>
- FLEURY, L. C.; BARBOSA, R. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 219-252, 2017. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.227>
- GIULIANI, G. M. A profissionalização dos Produtores rurais e a questão ambiental. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 9, p. 102-126, 1997.
- GONÇALVES, J. C. **Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- GOODWIN, M. The governance of rural areas: some emerging research issues and agends. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 5-12, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(97\)00043-0](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(97)00043-0)
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Coleção Pesquisa, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIVANT, J. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIEIRA, P. F. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo; Florianópolis: Cortez; UFSC, 1995. p. 99-133.
- GUIVANT, J. **O uso de agrotóxico e os problemas de sua legitimação: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro de Imperatriz, SC**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- HECHT, S. B. Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in Eastern Amazonia. **World Development**, v. 13, n. 6, p. 663-684, 1985. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(85\)90114-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(85)90114-7)
- HECHT, S. B. The logic of livestock and deforestation in Amazonia. **BioScience**, v. 43, n. 10, p. 687-695, 1993. <https://doi.org/10.2307/1312340>
- HECHT, S. B.; COCKBURN, A. **The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- HERVIEU, B. **Les champs du futur**. Paris: Bourdin Francois, 1993.
- HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. **Sociologie des mondes agricoles**. Paris: Armand Colin, 2013.
- HOELLE, J. Convergent on cattle: political ecology, social group perceptions, and socioeconomic relationships in Acre, Brazil. **Culture, Agriculture, Food and Environment**, v. 33, n. 2, p. 95-106, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.2153-9561.2011.01053.x>
- JANSEN, K. **Political ecology, mountain agriculture, and knowledge in Honduras**. Amsterdam: Thela Publishers, 1998.
- JEAN, B. Le développement territorial durable: une nouvelle approche de développement rural. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 115-127, 2015. <https://doi.org/10.5380/dma.v33i0.39942>
- JOLLIVET, M. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 5-25, 1998.
- JOLLIVET, M. Le rural et l’environnement: grille pour des analyses comparées. In: JOLLIVET, M. (org.). **Vers un rural posindustriel: rural et environnement dans huit pays européens**. Paris: L’Harmattan, 1997. p. 11-15.
- JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs: paysanne- rie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)**. Paris: Arguments, 2001.
- KAGEYAMA, A. *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Brasília: IPEA, 1990.
- KAYSER, B. **La renaissance rurale**. sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Colin, 1990.

- KIRSCH, H. M.; SCHNEIDER, S. Vulnerabilidade social às mudanças climáticas em contextos rurais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, p. 1-15, 2016. <http://dx.doi.org/10.17666/319106/2016>
- LASCHEFSKI, K. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico? *In*: ZHOURY, A.; LASCHEFSKY, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>
- LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scienti e Studia**, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017. <https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005>
- LINDOSO, D. P.; ROCHA, J. D.; DEBORTOLI, N.; PARENTE, I. I.; EIRÓ, F.; BURSZTYN, M.; RODRIGUES-FILHO, S. Integrated assessment of smallholder farming's vulnerability to drought in the Brazilian Semi-arid: a case study in Ceará. **Climatic Change**, v. 127, n. 1, p. 93-105, 2014. <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1116-1>
- LOPES, A. W. P. *et al.* Assentamentos rurais e práticas ecológicas: uma análise em duas modalidades diferenciadas de assentamento. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 2, p. 41-55, 2015.
- MAGALHÃES SILVA, S. B. La mobilisation de communautés locales contre la construction d'un barrage et ses effets en termes d'organisation du territoire. *In*: TEISSERENC, P. (org.). **La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie**. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 73-88.
- MARQUES, P. M. Participação e PRONAF: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 51-120.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995. [https://doi.org/10.1016/0743-0167\(95\)00027-K](https://doi.org/10.1016/0743-0167(95)00027-K)
- MARSDEN, T. *et al.* **Constructing the countryside: an approach to rural development**. Londres: Taylor & Francis, 1995.
- MARTINS, A.; GUIVANT, J. S. Mudanças climáticas marinhas e pescarias mundiais: o silêncio das Ciências Sociais. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 1, p. 28-39, 2017. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n1.2017.19862>
- MARTINS, R. C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Ruris**, v. 3, n. 1, p. 71-101, 2009.
- MARTINS, R. C. **Impactos socioambientais do processo de modernização agrícola em áreas de reservatório**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.
- MARTINS, R. C. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. *In*: MARTINS, R. C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 77-95.
- MARTINS, R. C. Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 70-82, 2005.
- MARTINS, R. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**, n. 15, p. 288-325, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000100011>



- MARTINS, R. C. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 2, p. 233-267, 2007.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (livro III). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. **Du rural à l'environnement**: la question de la nature aujourd'hui. Paris: L'Hamarttan, 1989.
- MATTEI, L. **Institucionalidade e protagonismo político**: os dez anos do CONDRAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2010.
- MCGRATH, D. *et al.* Manejo comunitário de lagos de várzeas e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 1, n. 2, 1998. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v1i2.4>
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MIRANDA, R. S. **A ecologia política da soja e processos de territorialização no Sul do Maranhão**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande, 2011.
- MIRANDA, R. S.; GOMES, R. A. Ecologia política da soja: conflitos e (re)estruturação do espaço no Sul do Maranhão. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013. **Anais... Águas de Lindóia**, 2013.
- MIRANDA, R. S.; SILVA, R. B. Uso das áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais do semiárido. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 140-163, 2017. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.261>
- MORAN, E. F. Deforestation and land use in the Brazilian Amazon. **Human Ecology**, v. 21, p. 1-21, 1993. <https://doi.org/10.1007/BF00890069>
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *In*: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.
- MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MORMONT, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. **Economie Rurales**, n. 236, p. 28-36, 1996a.
- MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. *In*: JOLLIVET, M.; EIZNER, N. (orgs.). **L'Europe et ses campagnes**. Paris: Press de Sciences Po, 1996b. p. 161-186.
- MOTA, D.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, n. 31, p. 123-146, 2011. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2011.0i31.a92>
- MOTA, D.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, A. (Dis)agreements on the use of natural resources within a context of land transformation in Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 41-58, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx03V1822015en>
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.
- MURDOCH, J.; MARSDEN, T. **Reconstituting rurality**: class, community and power in the development process. Londres: UCL Press, 1994.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 113-134, 2018.

- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>
- PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 517-528, jul.-set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303008>
- PICOLOTTO, E. O sindicalismo na agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no Brasil. **Raízes**, v. 5, n. 1, p. 55-71, 2012.
- PICOLOTTO, E.; BRANDENBURG, A. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC549V1832015>
- PORRO, N. M. *et al.* O povo da roça sem a roça e o manejo florestal comunitário sob a vigilância e controle: políticas públicas de combate ao desmatamento em um PDS na Amazônia. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 55-73, 2017.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros: les dandits d'honneur brésiliens**. Paris: Julliard, 1968.
- RAY, C. Territory, culture and interpretation – Two case studies of the European Union's Leader I programme. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 79-87, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(97\)00039-9](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(97)00039-9)
- RÉMY, J. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. **Recherches Sociologiques**, Louvain, v. 20, n. 3, p. 265-276, 1989.
- ROBBINS, P. **Political ecology: a critical introduction**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- ROMEIRO, A. R.; ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 43, n. 1, p. 3-45, jan.-mar. 1981.
- ROZENDO, C. Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011. **Anais...** Caxambu, 2011.
- RUTTAN, V. The Green Revolution: seven generalizations. **International Development Review**, v. 19, n. 4, p. 16-23, 1977.
- SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P. C. G. O manejo dos “fundos de pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Raízes**, v. 18, n. 2, p. 90-102, 1999.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados**, v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000100009>
- SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>
- SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 285-307, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200007>
- SAWYER, D. R. **Peasants and capitalism on an Amazon frontier**. Tese (Doutorado) – Harvard University, Cambridge, 1979.

- SCHERER-WARREN, I. Novos Atores e Práticas Políticas Ambientalistas na Era da Globalização. **Sociedade e Estado**, v. 11, n. 1, p. 139-148, 1996.
- SCHERER-WARREN, I. O Que há de novo nos movimentos sociais no campo. **Temas Rurais**, v. 2, n. 4, p. 41-52, 1989.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. The “political ecology” of Amazonia. In: LITTLE, P.; HOROWITZ, M.; NYERGES, A. (orgs.). **Lands at risk in the Third World: local level perspectives**. Boulder: Westview Press, 1987.
- SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, jan./mar. 2004.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.
- SCOPINHO, R.; GONÇALVES, J. C.; MELO, T. Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 167-188, 2016. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.242>
- SHIVA, V. **The violence of the green revolution: ecological degradation and political conflict in Punjab**. Dehra Dun: Research Foundation for Science and Ecology, 1989.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional**, v. 9, 1986.
- SILVA, A. C. A. B. **As águas do Rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SILVA, M. A. de M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 196-241, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000200008>
- SILVA, M. A. de M.; VERÇOZA, L.; BUENO, J. D. A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a nova morfologia do trabalho. **Cadernos CRH**, v. 26, n. 68, p. 253-272, 2013. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v26i68.19505>
- SZMRECSNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- URBAN, G. Underdevelopment the amazon. **Journal of Forest History**, v. 30, n. 2, p. 93-94, 1986.
- VALENCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura do semi-árido**. Natal: Ed. UFRN, 1995a.
- VALENCIO, N. F. Repercussões sócio-ambientais do advento das biotecnologias na agricultura. **Teoria & Pesquisa**, v. 1, n. 12, p. 2-16, jan/jun. 1995b.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n. 1).

- VERBURG, R. *et al.* The impact of commodity price and conservation policy scenarios on deforestation and agricultural use in a frontier area within the Amazon. **Land Use Policy**, v. 37, p. 14-26, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.10.003>
- WALKER, P. A. Ecologia política: onde está a ecologia? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 83-93, 2011.
- WALKER, R.; MORAN, E.; ANSELIN, L. Deforestation and cattle ranching in the Brazilian Amazon: external capital and household processes. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 683-699, 2000.
- WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. de N. B. **Uma singularidade histórica**: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês. Recife: Editora UFPE, 2018.
- WILLIAMS, R. **El campo y la ciudad**. Buenos Aires: Paidós, 2011a.
- WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011b. p. 89-114.
- WRIGHT, A. **The death of Ramón González**: the modern agricultural dilemma. Austin: University of Texas Press, 2005.
- ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. Approaching political ecology: Society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. (orgs.). **Political ecology**: an integrative approach to geography and environment-development studies. Nova York: The Guilford Press, 2003. p. 1-25.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.

## Resumo

*Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia*

O objetivo deste artigo é revisitar a produção bibliográfica que investigou as relações entre ruralidades e meio ambiente no âmbito da sociologia e de disciplinas conexas, num esforço de apresentação dos diferentes caminhos trilhados pelos pesquisadores que têm se dedicado à temática nos últimos 30 anos. Em particular, foi revisada a bibliografia brasileira, sem deixar de lado seu diálogo estreito com o debate internacional, ressaltando os problemas de pesquisa, teorias e conceitos que animaram o debate acadêmico (e também político) nesse campo. Para tanto, a estratégia de organização da bibliografia buscou problematizar dois diferentes eixos na produção acadêmica recente, quais sejam: o eixo “do rural ao ambiental”, dedicado aos avanços teóricos e analíticos da sociologia rural rumo aos estudos ambientais, e “do ambiental ao rural”, apresentando a trajetória dos estudos influenciados pela ecologia política rumo aos temas rurais.

**Palavras-chave:** Ruralidades e meio ambiente; Sociologia rural; Ecologia política.

## Abstract

*Ruralities and the environment: the constitution of a field of research in sociology*

The purpose of this article is to revisit the bibliographic production that investigated the relations between ruralities and the environment in the scope of sociology and related disciplines, in an effort to present the different paths followed by researchers who have been dedicated to the theme in the last thirty years. In particular, the Brazilian bibliography was revised, without neglecting the close dialogue between this bibliography and the international debate, highlighting the research problems, theories and concepts that animated the academic (and also political) debate in this field. Therefore, the bibliography organization strategy sought to problematize two different axes in recent academic production, namely: the rural to the environmental axis, dedicated to the theoretical and analytical advances in rural sociology towards environmental studies, and; from environmental to rural, presenting the trajectory of studies influenced by political ecology towards rural themes.

**Keywords:** Ruralities and the environment; Rural sociology; Political ecology.

## Résumé

*Des ruralités et l'environnement : la constitution d'un champ de recherche en sociologie*

L'objectif de cet article est de revisiter la production bibliographique sur les relations entre ruralités et l'environnement dans le cadre de la sociologie et des disciplines connexes, dans le but de présenter les différentes voies suivies par les chercheurs dédiés à ce thème au cours des trente dernières années. En particulier, la bibliographie brésilienne a été révisée sans négliger le dialogue étroit entre cette bibliographie et le débat international, en soulignant les problèmes de recherche, les théories et les concepts qui ont animé le débat académique (et également politique) dans ce domaine. Pour cela, la stratégie d'organisation de la bibliographie a cherché à problématiser deux axes différents dans la production académique récente : l'axe rural-environnemental, dédié aux avancées théoriques et analytiques de la sociologie rurale vers les études sur l'environnement ; et l'axe environnemental-rural, présentant la trajectoire d'études influencées par l'écologie politique vers les sujets ruraux.

**Mots clés :** Ruralités et l'environnement ; Sociologie rurale ; Ecologie politique.